

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARTECOLA QUÍMICA S.A.

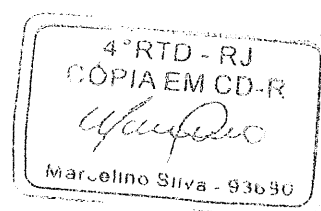
Entre

4ºRTD-RJ - 966692

Emol: 649,87 / Distrib: 17,17 / Lei 111/06: 32,7
M/A: 11,49 / FETJ: 130,83 / Lei 6281: 26,16
Lei 4.664/05: 32,70 / Tot. Emol. (R\$): 900,9
PARÂM: Vias: 3 / Nome(s): 4 / Págs: 49
Proc. Estr: N / Averb: N / Dila: ..



ARTECOLA QUÍMICA S.A.
como Emissora,



F. XAVIER KUNST ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

e

ARTECOLA PARTICIPAÇÕES S.A.
Como Garantidoras

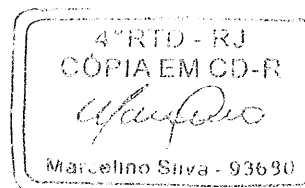
e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
27 de novembro de 2014

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	10
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	17
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	17
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	19
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS	24
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	29
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	38
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS	40
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	42

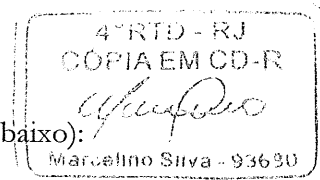


Four handwritten signatures in black ink, arranged horizontally.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARTECOLA QUÍMICA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):



ARTECOLA QUÍMICA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia RS-239 nº 5.801, Zona Industrial II, na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 44.699.346/0001-03, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Companhia” ou “Emissora”); e

II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures (“Debenturistas”),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

e, ainda, como intervenientes,

III. **F. XAVIER KUNST ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia RS 239, nº 5761, Zona Industrial 2, na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 91.669.135/0001-08, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Xavier Kunst”); e

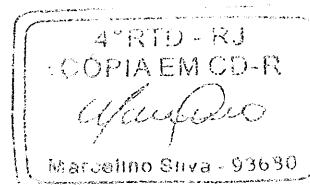
IV. **ARTECOLA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Estrada RS-239, nº 5761, Zona Industrial Sul, sala 01, na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 21.315.899/0001-01, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Artecola Participações” e, em conjunto com a Xavier Kunst, “Fiadoras”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Artecola Química S.A.” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS



1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 20 de outubro de 2014 (“Ato Societário da Emissão”), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (ii) a aprovação da constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido); e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas no Ato Societário da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita e à constituição das Garantias Reais, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. Autorizações das Garantidoras

1.2.1. A garantia fidejussória é outorgada com base nas deliberações da Diretoria da Xavier Kunst, em reunião realizada em 20 de outubro de 2014, e do Conselho de Administração da Artecola Participações, em reunião realizada em 20 de outubro de 2014 (“Atos Societários das Fiadoras”).

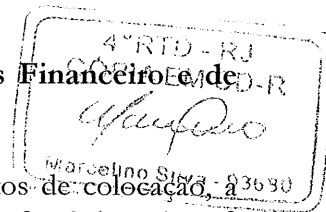
CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (“Oferta Restrita”) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais



2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.3. Arquivamento dos Atos Societários na Junta Comercial e Publicação nos Jornais de Grande Circulação

2.3.1. O Ato Societário da Emissão será devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“Junta Comercial”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal “A Gazeta de Campo Bom” (“Jornais de Publicação”), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Os Atos Societários das Garantidoras serão devidamente arquivados na Junta Comercial e publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal “A Gazeta de Campo Bom”.

2.4. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial e nos Cartórios de RTD

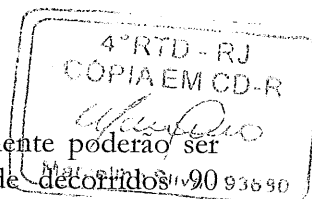
2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na Junta Comercial, conforme disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente, devendo a Emissora enviar 1 (uma) via original da Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos arquivamentos na Junta Comercial.

2.4.2. Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Campo Bom e do Rio de Janeiro (“Cartórios de RTD”), observado o item 3.4.2.10 abaixo.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente através da CETIP; e
- (c) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Registro dos Contratos de Garantia

2.6.1. A Escritura de Hipoteca, nos termos da Cláusula 3.4.1 abaixo, deverá ser registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis, na forma e prazo previstos na Escritura de Hipoteca.

2.6.2. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverá ser registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas das cidades onde se localizam as sedes da Emissora e do Agente Fiduciário, na forma e prazo previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

2.6.3. O Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada deverá ser registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas das cidades onde se localizam as sedes da Emissora e do Agente Fiduciário, na forma e prazo previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão.

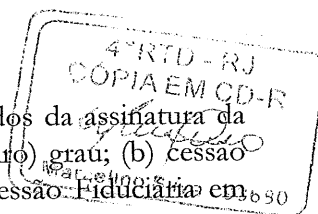
3.3. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 6.000 (seis mil) Debêntures, em série única.

3.4. Garantias

3.4.1. Garantias Reais. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todo e qualquer valor relativo às Debêntures devido pela Emissora aos Debenturistas, a Emissora constituirá as seguintes garantias: (a) hipoteca de imóveis em 2º (segundo) grau de imóveis localizados nos municípios de Tatuí e Diadema, nos termos da Escritura Pública de Constituição de Garantia Hipotecária (“Escritura de Hipoteca”), a ser celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário

(“Hipoteca”), a qual deverá, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura da Escritura de Hipoteca, ser convolada em hipoteca de imóveis em 1º (primeiro) grau; (b) cessão fiduciária de conta vinculada, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Créditos Bancários e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Cessão Fiduciária de Conta Vinculada”); e (c) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de duplicatas, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários” e, em conjunto com a Escritura de Hipoteca e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, “Contratos de Garantia”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” e, em conjunto com a Hipoteca, “Garantias Reais”).



3.4.2. Garantia Fidejussória. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures, as Fiadoras prestam garantia fidejussória, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Fiança”), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedoras solidárias e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

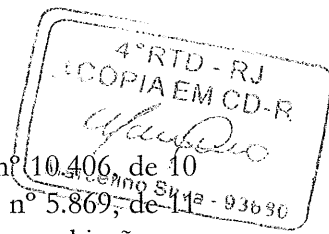
3.4.2.1. As Fiadoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, Fiadoras e principais pagadoras solidárias do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios, bem como dos encargos moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil (“Valor Garantido”).

3.4.2.2. As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.4.2.3. O Valor Garantido será pago pelas Fiadoras no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza e, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento citado nesta Cláusula deverá ser realizado pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.4.2.4. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364,

366, 368, 821, 827, 829 parágrafo único, 830, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



3.4.2.5. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada. As Fiadoras se comprometem a somente exercer o seu direito de sub-rogação nos termos desta Cláusula após a quitação integral de todos os valores relacionados às Debêntures, previstos nesta Escritura, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Distribuição ou em qualquer outro documento da Oferta Restrita, incluindo todos os encargos moratórios e despesas incorridas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário.

3.4.2.6. A presente Fiança é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.4.2.7. As Fiadoras desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.4.2.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

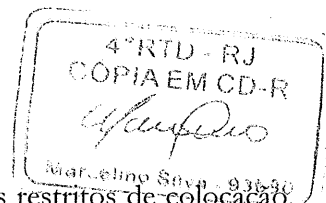
3.4.2.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.4.2.10. Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de RTD, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de RTD, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura desta Escritura. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma cópia digitalizada desta Escritura, sendo certo que, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao reforço de caixa, alongamento do endividamento da Companhia e liquidação de operações financeiras da Emissora.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição



3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob a liderança da instituição financeira líder contratada para a coordenação da Oferta Restrita (“Coordenadores” e “Coordenador Líder”, respectivamente), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Artecoba Química S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

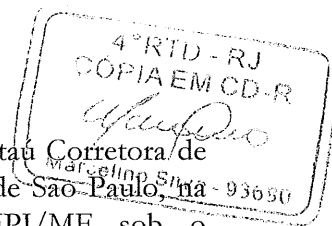
3.6.6. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início da distribuição, observado o disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476 (“Prazo de Colocação”).

3.6.7. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”) e a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).



3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. De acordo com o estatuto social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende a indústria, comércio, importação e exportação de adesivos, colas, tintas, solventes, elastômeros, calçados, equipamentos de proteção individual, materiais tintoriais, produtos químicos, produtos de limpeza em geral, borracha, matéria plástica em geral, materiais para calafetar, isolar e vedar, materiais para construção, tecidos, produtos têxteis, materiais para revestimento de interiores, de máquinas e equipamentos e seus componentes, componentes para a indústria de calçados, moveleira e da construção, toda classe de tecidos e suportes e seu tratamento, impregnação e acabamento por toda a forma de procedimentos, biqueiras, contrafortes, topes, de lacas, de cordão, poliamida e poliéster, exclusivamente para topes e contrafortes: (a) importação de matérias-primas e materiais auxiliares, maquinaria e equipamentos necessários aos seus fins; (b) representação comercial de produtos fabricados e/ou comercializados por terceiros; (c) distribuição de produtos químicos e petroquímicos; (d) industrialização e beneficiamento de produtos de terceiros do ramo calçadista e moveleiro; (e) administração e participação em outras sociedades; (f) exploração agrícola e pecuária; e (g) prestação de serviços administrativos e a prestação de serviços de assistência técnica.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 27 de novembro de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).



4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 27 de novembro de 2019 (“Data de Vencimento”).

4.1.6.1. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário à época do respectivo pagamento (“Saldo do Valor Nominal Unitário”), acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Vencimento (exclusive).

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”).

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou (b) da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total pela Emissora.

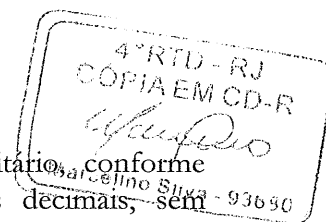
4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI_{Over} , variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI_{Over} , consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

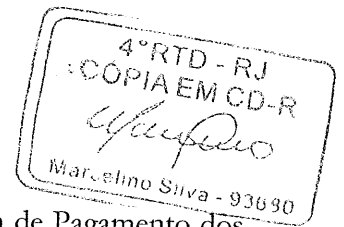
DI_k = Taxa DI_{Over} de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 3,1000; e



DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

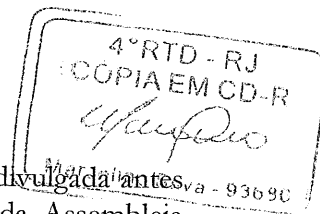
4.2.2.3. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, ou por determinação judicial, adotar-se-á, em seu lugar, a taxa que vier a substituí-la. Na ausência de taxa substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo entre os Debenturistas e a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, será utilizada a variação da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por 1 (um) dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.



4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI *Over* então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.8. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

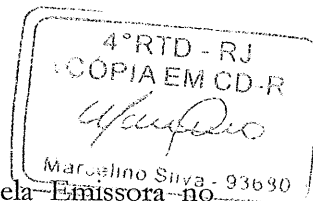
4.3.1. Observado o disposto na Cláusula 4.3.1.1 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de maio e novembro, sendo a primeira devida no dia 27 de novembro de 2015 e a última parcela devida na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização do Valor Nominal Unitário”), conforme tabela abaixo:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
27 de novembro de 2015	11,1111%
27 de maio de 2016	11,1111%
27 de novembro de 2016	11,1111%
27 de maio de 2017	11,1111%
27 de novembro de 2017	11,1111%
27 de maio de 2018	11,1111%
27 de novembro de 2018	11,1111%
27 de maio de 2019	11,1111%
Data de Vencimento	saldo do Valor Nominal Unitário
Total	100%

4.3.1.1. Não obstante a Cláusula 4.3.1 acima, na hipótese da liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou (b) da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, o Saldo do Valor Nominal Unitário existente à data da referida liquidação antecipada das Debêntures será integralmente pago pela Emissora na respectiva data de liquidação antecipada.

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento devido no dia 27 de maio de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou (b) da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total pela Emissora (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).



4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.



4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<http://www.empresasartecola.com.br/home/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16. Fundo de Amortização

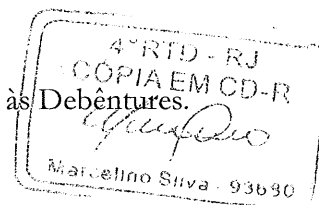
4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Direito de Preferência

4.17.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.18. Classificação de Risco

4.18.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às



CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Aditamentos

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelas Garantidoras e pelo Agente Fiduciário e protocolados na Junta Comercial e nos competentes Cartórios de RTD em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura dos referidos aditamentos. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro de eventuais aditamentos na Junta Comercial e nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma cópia digitalizada dos mesmos, sendo certo que, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro dos referidos aditamentos na Junta Comercial e nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

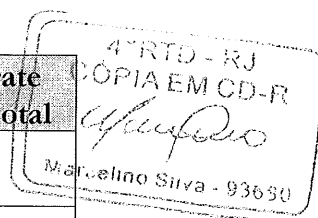
6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado a partir da Data de Emissão, ou seja, 27 de novembro de 2015, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial de Debêntures.

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, a cada um dos Debenturistas e à CETIP (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, equivalente a determinado percentual fixo, de acordo com a tabela abaixo (“Taxa do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme aplicável) das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios conforme item “a” acima (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”):

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total
27 de novembro de 2015 a 27 de novembro de 2016	2,50%
27 de novembro de 2016 a 27 de novembro de 2017	2,30%
27 de novembro de 2017 a 27 de novembro de 2018	2,10%
27 de novembro de 2018 a 27 de novembro de 2019	1,70%



6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; (c) o percentual do prêmio a ser aplicado; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

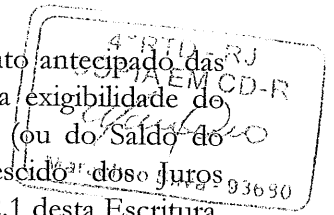
6.3. Amortização Parcial Extraordinária

6.3.1. Não será permitida a amortização parcial extraordinária das Debêntures pela Emissora.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 a 7.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* conforme previsto na Cláusula 4.2.2.1 desta Escritura, conforme aplicável, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras ou pedido de falência por terceiros, não elidido no prazo legal, da Emissora ou de qualquer das Garantidoras, ou de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, ou ainda qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, nos termos da legislação aplicável;
- (b) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora ou de qualquer das Garantidoras formulado (i) pela Emissora, (ii) pelas Garantidoras e/ou (iii) por quaisquer controladas, diretas ou indiretas, de qualquer das Garantidoras (ou da Emissora), independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (c) não pagamento pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tal pagamento seja devido, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;
- (d) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária (excluindo obrigações contraídas junto aos Debenturistas, as quais estão incluídas na alínea (j) abaixo) da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária (excluindo obrigações contraídas junto aos Debenturistas, observado o disposto na alínea “j”) abaixo) da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas não sanado nos prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos ou não sanadas em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo inadimplemento, o que for maior;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer das Garantidoras, (excluindo protesto de dívida ativa da União, a qual está incluída na alínea (f) abaixo), com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela respectiva

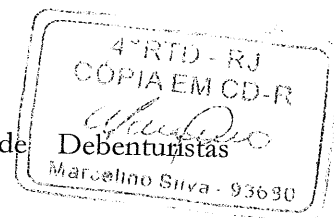


Garantidora, conforme o caso, a critério dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, e (ii) for cancelado ou sustado dentro do prazo legal, inclusive mediante prestação de garantias aceitas pelo Poder Judiciário ou realização de depósitos em juízo pela Emissora e/ou pela respectiva Garantidora, conforme o caso;

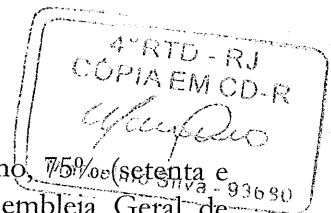
COPIA EM CD-R
Marcelino Silva - 93690

- (g) protesto de dívida ativa da União contra a Emissora e/ou contra qualquer das Garantidoras, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela respectiva Garantidora, conforme o caso, (ii) for cancelado ou sustado dentro do prazo legal, inclusive mediante prestação de garantias aceitas pela Fazenda Nacional ou realização de depósitos em juízo pela Emissora e/ou pela respectiva Garantidora, conforme o caso;
- (h) não cumprimento pela Emissora ou pelas Garantidoras de qualquer obrigação não pecuniária no prazo e na forma previstos nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão, conforme aplicável, não sanada em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (i) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, contraída junto a qualquer dos Debenturistas;
- (j) provarem-se falsas, ou revelarem-se enganosas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão;
- (k) revelarem-se incorretas ou omissas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão;
- (l) disposição, transferência, cessão, alienação ou constituição de qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais ou permissão ou promessa que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;
- (m) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Emissão, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das

Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de especialmente convocada para este fim;

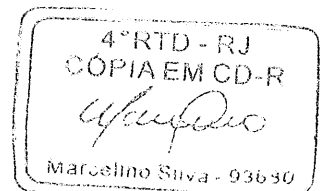


- (o) ocorrência de qualquer alteração na composição do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto pela reorganização societária em andamento, por meio da qual ocorrerá: (i) a transferência da totalidade das ações e/ou quotas (conforme aplicável) de emissão da Arteccla Termoplásticos Ltda., da Arteflex Equipamentos de Proteção Individual Ltda. e da Emissora de titularidade da Xavier Kunst para a titularidade da Arteccla Participações; e (ii) a transferência da totalidade das ações de emissão da Arteccla Chile S.A., da Arteccla Peru S.A. e da Arteccla México S.A. de titularidade da Xavier Kunst para a titularidade da Emissora (“Reorganização Societária”);
- (p) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), alienação ou cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa de entidade regulatória, não passíveis de recurso, ou decisão arbitral definitiva ou procedimento assemelhado de caráter definitivo contra a Emissora e/ou contra qualquer das Garantidoras;
- (r) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que inviabilizem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (s) caso a Fiança ou qualquer das Garantias Reais se torne insuficiente, inválida e/ou inexecutável, exceto se houver a substituição ou o reforço de tal Garantia Real nos termos dos Contratos de Garantia de forma satisfatória aos Debenturistas;
- (t) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.5.1 desta Escritura;
- (u) no caso desta Escritura, de qualquer documento referente à Emissão no qual a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras figure como signatária e/ou de qualquer de suas disposições: (i) ser contestada judicialmente pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras com relação à sua validade; (ii) ser anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável nos termos da legislação aplicável; ou (iii) ser anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável nos termos de decisão judicial, final, interlocutória ou liminar, administrativa ou arbitral;
- (v) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão, salvo se



previamente aprovado pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (w) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, que modifique a atividade principal por elas praticadas conforme disposto em seus estatutos sociais vigentes na Data de Emissão;
- (x) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência (que, para evitar dúvidas, não inclui locação no curso normal de seus negócios), pela Emissora e/ou por qualquer Garantidora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, individual ou agregada ao longo do prazo de vigência das Debêntures, em valor superior ao equivalente a 10% (por cento) de seu(s) ativo(s) fixo(s) ou permanente(s) ou que inviabilize o exercício regular das suas atividades, a critério dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (y) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (z) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, ou que inviabilize o exercício regular das suas atividades;
- (aa) concessão, pela Emissora, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiro, não pertencente aos seu grupo empresarial ou que afetem sua capacidade de adimplemento de suas obrigações financeiras, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (bb) ocorrência de qualquer evento que possa afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, e de cumprir com as respectivas obrigações nos termos desta Escritura;
- (cc) caso seja proferida uma ou mais decisões ou sentenças, judicial, administrativa ou arbitral, em face da Emissora, irrecorrível em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Valor Máximo de Condenação"), excluindo-se, para fins de cálculo do Valor Máximo de Condenação, o valor atribuído ao processo nº 11050.002553/00-29 ("Processo Fiscal"), sendo certo que, enquanto não houver decisão ou sentença judicial transitada em julgado com relação ao Processo Fiscal, o Valor Máximo de Condenação, somado ao valor atualizado do Processo Fiscal, não poderá ultrapassar R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (dd) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;



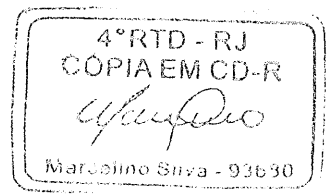
- (ee) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros em valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido da Emissora no respectivo exercício social;
- (ff) não observância (i) pela Xavier Kunst, dos índices financeiros indicados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas divulgadas pela Xavier Kunst, com relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014, e (ii) pela Arteccla Participações, dos Índices Financeiros a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, a partir do período encerrado em 30 de junho de 2015, com base nas demonstrações financeiras não auditadas divulgadas pela Arteccla Participações com relação aos períodos encerrados em junho de cada ano, bem como com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas divulgadas pela Arteccla Participações com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano:
- (I) Dívida Líquida Financeira/EBITDA Ajustado deve ser menor ou igual a (i) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, (ii) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a Data de Vencimento das Debêntures; e
- (II) A divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, que deverá ser maior ou igual a 1,3 (um inteiro e três décimos) durante a vigência das Debêntures.

Para os fins desta Escritura, os seguintes termos terão os seguintes significados:

"Dívida Líquida Financeira" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, sem duplicação, (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, e avais e fianças prestados, salvo quando prestados em favor de empresas pertencentes ao grupo econômico da Arteccla Participações; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras); (c) mais os ajustes negativos (passivo) e menos os ajustes positivos (ativo) dos instrumentos financeiros – Swap contratados exclusivamente para proteção da variação cambial da dívida, obedecendo às regras contábeis (ativo/passivo); e

"EBITDA Ajustado" significa, de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "j", "l", "m", "n", "p", "r", "s", "t" e "w" da Cláusula 7.1 acima, não sanados nos prazos de cura, conforme aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora e às Fiadoras comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento.



7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, não sanados nos prazos de cura, conforme aplicável, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral.

7.3.2. Se, nas Assembleias Gerais referidas na Cláusula 7.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

7.3.3. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, por falta de quórum na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.2, 7.3.1 e 7.3.3 acima.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e as Garantidoras, conforme aplicável, obrigam-se, ainda, a:

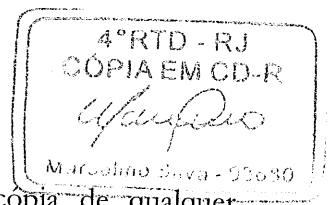
(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas, bem como cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Artecota Participações, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como o relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora ou pela Artecota Participações, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre

o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Artecologia Participações e/ou aos auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora e/ou à Artecologia Participações, ou às suas administrações e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; e (ii) declaração assinada pelos diretores da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;

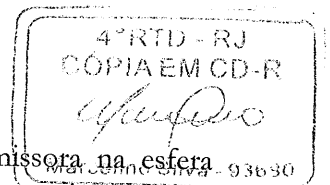
- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término do semestre encerrado no dia 30 de junho de cada ano, cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas, bem como relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora ou pela Artecologia Participações, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Artecologia Participações e/ou aos auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessário e cópia das demonstrações financeiras não auditadas da Artecologia Participações;
- (iii) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer via original de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora (se aplicável), que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (iv) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação a um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 7.1 acima, em até 3 (três) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- (v) em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (vi) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

ER *P* *W* *ST*



- (vii) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
 - (viii) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações relativas à Escritura perante os Debenturistas, conforme solicitação do Agente Fiduciário que deverá conter rol taxativo de comprovantes a serem apresentados; e
 - (ix) para fins da elaboração do relatório anual de que trata o item “l” da Cláusula 9.4.1 desta Escritura, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item “m” da Cláusula 9.4.1 desta Escritura. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, bem como os das Garantidoras, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
 - (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado), às expensas da Emissora, desde que tal despesa tenha sido, sempre que possível, previamente aprovada pela Emissora, tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
 - (d) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CETIP e CVM com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (f) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a ocorrência do evento;
 - (g) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, ou valer-se de estruturas de autosseguro;

- (h) não praticar atos em desacordo com o seu estatuto social e com a presente Escritura, que comprometam, direta ou indiretamente, o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (i) manter válidos, regulares e em pleno vigor todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para: (i) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura; ou para (ii) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (j) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Emissora, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos Debenturistas quando por eles solicitado;
- (k) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo total das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- (l) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846/2013 ("Atos Lesivos");
- (m) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (n) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;
- (o) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura;



- (p) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora, na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (q) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP;
- (r) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (s) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
- (t) manter lista contendo as seguintes informações dos Investidores Qualificados procurados: (i) nome; (ii) CPF ou CNPJ; (iii) data em que foram procurados; e (iv) sua decisão com relação à Oferta;
- (u) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras referentes a cada exercício social à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
 - (vii) fornecer as informações eventualmente solicitadas pela CVM;

(viii) não realizar quaisquer outras emissões de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

(ix) até a Data de Vencimento, a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas e seus Representantes (conforme abaixo definido) toda e qualquer Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido), bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8.1.2. A Xavier Kunst, a Arteccla Participações e a Emissora desde já se obrigam a fazer com que, na data em que se efetivar a Reorganização Societária, a Arteccla Participações detenha exatamente as mesmas participações societárias no capital social das sociedades Arteccla Termoplásticos Ltda., Arteflex Equipamentos de Proteção Individual Ltda. e da Emissora que nesta data são detidas pela Xavier Kunst em referidas sociedades, e a Emissora detenha as mesmas participações societárias no capital social das sociedades Arteccla Chile S.A., Arteccla Peru S.A. e Arteccla México S.A. que nesta data são detidas pela Xavier Kunst em referidas sociedades.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

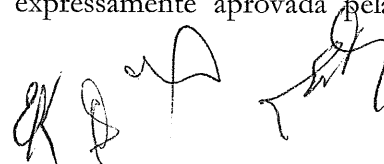
9.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura (“Primeira Data de Pagamento”) e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar a comunhão dos titulares das Debêntures;
- (b) a remuneração prevista na alínea “a” acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Primeira Data de Pagamento (ou da última data de pagamento da remuneração, conforme aplicável), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e
- (e) as parcelas referidas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- (f) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo mesmo no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, mediante a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial na forma da Cláusula V desta Escritura.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

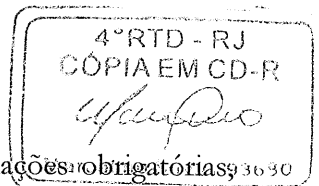
9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres do Agente Fiduciário

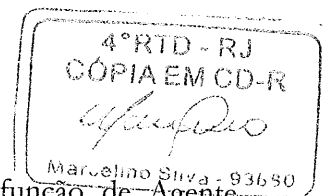
9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

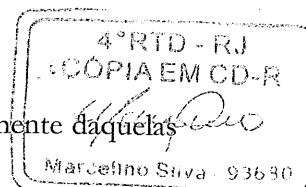
[assinaturas]



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando aplicável ao Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais e da Fiança;



- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (xi.a) denominação da companhia ofertante;
 - (xi.b) valor da emissão;
 - (xi.c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (xi.d) espécie;
 - (xi.e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (xi.f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (xi.g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (m) colocar o relatório de que trata o item "I" acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) sede da Emissora;
 - (ii) seu escritório;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP; e
 - (v) sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar às custas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado na alínea "I" acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, bem como à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

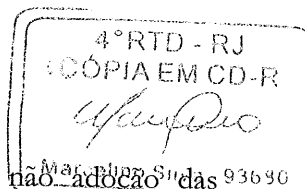


- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio da sua central de atendimento e/ou em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotrustee.com.br>);
- (s) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (u) verificar a regularidade da constituição e do valor das Garantias Reais e da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (v) divulgar as informações referidas no item “xi” da alínea “I” desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotrustee.com.br>) tão logo delas tenha conhecimento.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias Reais e a Fiança, observados os termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Garantia, aplicando o produto da excussão na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.



9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “e”) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar (i) por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, no caso das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima; ou (ii) por deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral.

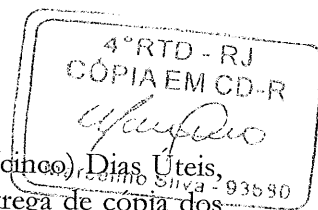
9.5.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.6. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

9.5.7. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, as quais devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.



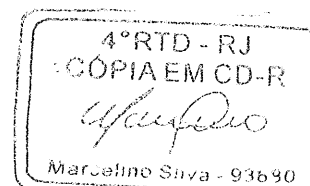
9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado, em 5 (cinco) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega de cópia dos comprovantes de pagamento.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) custos incorridos em contatos telefônicos e/ou *conference call*;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

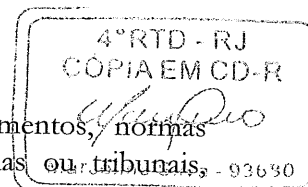
9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.



9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais após as respectivas constituições;
- (m) que verificou a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28;
- (n) que o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;



- (o) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, ~~nôrm~~as administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios;
- (p) que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões descritas na Cláusula 9.1.3 acima; e
- (q) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário nas emissões das empresas do grupo econômico da Emissora.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais de Debenturistas”, “Assembleias Gerais” ou “Assembleias”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

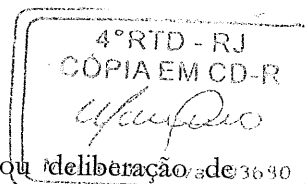
10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do edital de segunda convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas, vinculantes e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.



10.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista, conforme o caso, eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos quóruns mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto nas Cláusulas 4.2 e 4.3 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (iii) à espécie das Debêntures; (iv) às Garantias Reais e à Fiança; (v) dos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura; e/ou (vi) à Cláusula VII desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste item ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

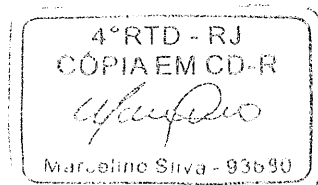
10.5. Alterações nesta Cláusula X

10.5.1. As alterações das disposições e/ou dos quóruns estabelecidos nas Cláusulas 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação em qualquer outra subsequente, por Debenturistas, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.6. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.6.1. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.6.2. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.



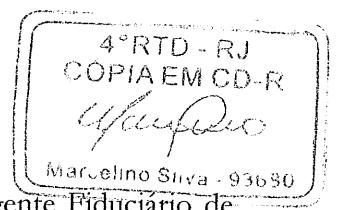
CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

11.1. A Emissora e cada uma das Garantidoras declara e garante, individualmente e de maneira não solidária, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, ou sociedade limitada, conforme o caso, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures, a constituir as Garantias Reais, a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora e das Garantidoras, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora e das Garantidoras aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária ordem judicial arbitral ou de autoridade administrativa, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora e as Garantidoras, nem irão resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras seja parte;
 - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens (exceto pelas Garantias Reais); ou
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório exigido para o cumprimento pela Emissora e pelas Garantidoras de suas respectivas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (a) arquivamento desta Escritura na Junta Comercial; (b) registro das Debêntures junto à CETIP e (c) registro da Escritura e dos Contratos de Garantia nos respectivos Cartórios de RTD e Cartórios de Registro de Imóveis competentes, conforme aplicável;

- (g) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, regulares e vigentes exceção feita as que estejam em fase de renovação;
- (h) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, com exceção daqueles que estejam sendo contestados judicialmente de boa-fé;
- (i) que, até a presente data, nem a Emissora e as Garantidoras, nem qualquer uma de suas respectivas afiliadas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas afiliadas (“Representantes”): (i) usou os seus recursos e/ou de suas afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”); (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal (em conjunto, “Condutas Indevidas”);
- (j) as demonstrações financeiras da Emissora e das Garantidoras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos e, desde a data das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, e não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou as Garantidoras fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e/ou para as Garantidoras;
- (k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar impacto substancial e adverso que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;
- (l) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;



- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) as informações prestadas pela Emissora, por ocasião do pedido de registro na CETIP, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita, responsabilizando-se a Emissora por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- (p) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

11.1.2. A Emissora compromete-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Artecola Química S.A.

Rodovia RS-239, nº 5081, Zona Industrial II

93700-000 - Campo Bom – RS

At: Sr(a) Simone Lucas Martins, Tatiana Haubert e Fabiane Scherer

Telefone: (51) 3778-5200

Fac- Símile: (51) 3778-5212

E-mail: simone.martins@artecola.com.br, tatiana.haubert@artecola.com.br e fabiane.scherer@artecola.com.br

Para a Xavier Kunst:

F.Xavier Kunst Administrações e Participações S.A.

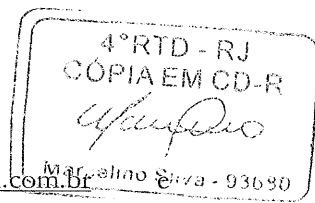
Rodovia RS-239, nº 5761, Zona Industrial Sul – sala 01

93700-000 - Campo Bom – RS

At: Sr(a) Simone Lucas Martins, Tatiana Haubert e Fabiane Scherer

Telefone: (51) 3778-5200
Fac- Símile: (51) 3778-5212
E-mail: simone.martins@artecola.com.br,
fabiane.scherer@artecola.com.br

tatiana.haubert@artecola.com.br



**Para a Artecola Participações:
Artecola Participações S.A.**

Rodovia RS-239, nº 5761, Zona Industrial Sul – sala 01
93700-000 - Campo Bom – RS

At: Sr(a) Simone Lucas Martins, Tatiana Haubert e Fabiane Scherer

Telefone: (51) 3778-5200

Fac- Símile: (51) 3778-5212

E-mail: simone.martins@artecola.com.br, tatiana.haubert@artecola.com.br e
fabiane.scherer@artecola.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
04538-132 – São Paulo/SP

At. Sr.: Luiz Petito

Telefone/Fac-símile: (11) 2797-4441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone/Fac-símile: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

12.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

12.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na Junta Comercial e nos Cartórios de RTD;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora e das Garantidoras; e

- (d) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

12.9. Cômputo dos Prazos

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.10. Foro

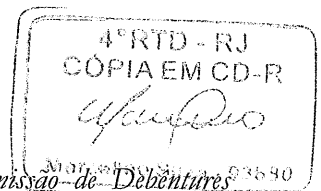
12.10.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

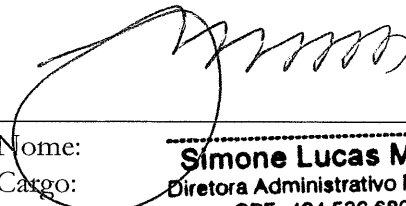




Página de assinaturas 1/4 do 'Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Arteccla Química S.A.'

ARTECOLA QUÍMICA S.A.


Nome: **EDUARDO RENATO KUNST**
Cargo: **PRESIDENTE EXECUTIVO**
CPF: 457.242.960-04

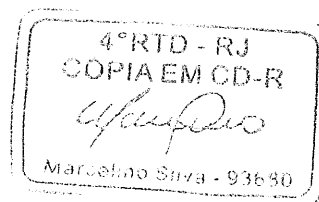

Nome: **Simone Lucas Martins**
Cargo: **Diretora Administrativo Financeiro**
CPF: 424.586.680-20



Página de assinaturas 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Arteccla Química S.A."

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Camila de Souza
Cargo: Procuradora



Ofício DE NOTAS
Adilson Wagner Firmino TABELIÃO 088908AA111050
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

CAMILA DE SOUZA.....

Rio de Janeiro, 03 de Dezembro de 2014. Conf. por.....

Em testemunho da verdade.

Emolumentos. R\$4,28
Impostos. R\$1,42
Total R\$5,70

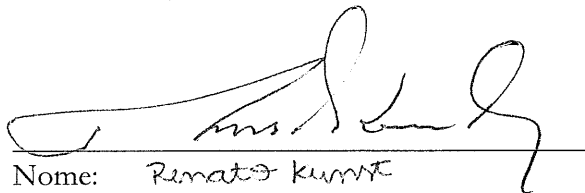
CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE
EAQU57242-RSN Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ofício DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Escrivente
CTPS 78631 Série 108 RJ

[Handwritten signatures]

Página de assinaturas 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Artecola Química S.A."

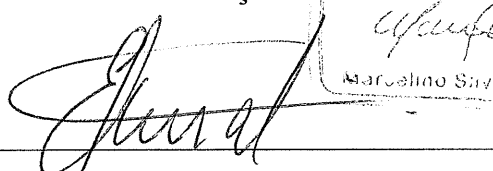
F. XAVIER KUNST ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Renato Kunst

Cargo: Diretor

CPF: 004.660.000-06



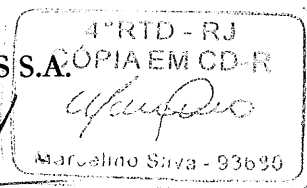
Nome:

Cargo:

EDUARDO RENATO KUNST

PRESIDENTE EXECUTIVO

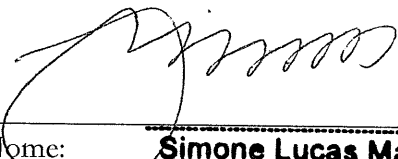
CPF: 457.242.960-04



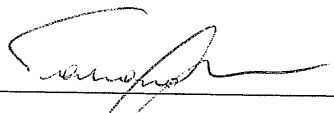
Página de assinaturas 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Artecola Química S.A."

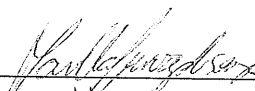
ARTECOLA PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **EDUARDO RENATO KUNST**
Cargo: **PRESIDENTE EXECUTIVO**
CPF: 457.242.960-04


Nome: **Simone Lucas Martins**
Cargo: **Diretora Administrativo Financeiro**
CPF: 424.586.680-20

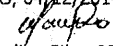
Testemunhas:


Nome: **Tatiana Haubert**
CPF: 004.174.100-50


Nome: **Marcia M. de S. C.**
CPF: 136.422.017-58



REGISTRO Nº 966692
RJ, 04/12/2014


Marcelino Silva-93680
www.4rtd-rio.com.br

Av. Rio Branco, 109/1702
Selo Eletrônico nº EAOR92793 ABE
Consulte: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

